

INDIGÊNCIA E POBREZA EM UBERLÂNDIA

Darcilene Cláudio Gomes¹
Henrique Dantas Neder²
Simone de Faria Narciso Shiki³
Renata Melo⁴

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a pobreza e a indigência na cidade de Uberlândia. Os dados utilizados são originários de pesquisa de campo realizada na área urbana de Uberlândia nos meses de abril a julho de 2001, cuja amostra corresponde a 5.459 famílias (20.267 pessoas).

A pobreza é um fenômeno complexo e envolve muitas determinações sociais e econômicas. Entretanto, grande parte dos estudos faz opção por estudá-la apenas enquanto derivada das carências materiais, utilizando a renda como único critério de aferição do nível de bem-estar das famílias. Esse critério tem sofrido críticas de alguns pesquisadores, como SOARES (1999), que reconhece o seu caráter limitado para avaliar o conjunto de carências da população.

Há inúmeras formas de mensurar a pobreza. O método mais freqüente consiste em determinar que um indivíduo pertence à categoria pobre quando sua renda familiar *per capita* é menor que o valor mínimo necessário para viver adequadamente em determinada sociedade – a chamada linha de pobreza. A linha de indigência diz respeito ao valor necessário para satisfazer apenas necessidades alimentares. Para determinação da linha de pobreza e de indigência existe um conjunto de métodos específicos, que serão abordados ao longo deste artigo. Determinados os valores das linhas de pobreza e indigência, o passo seguinte é a estimativa de indicadores agregados, obtida a partir da comparação da situação de renda dos indivíduos com essas referências.

Neste trabalho, optou-se pela utilização dos indicadores: proporção de pobres e hiato de renda. Procurou-se levantar, também, as características da subpopulação pobre

¹ Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

² Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

³ Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

⁴ Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Uberlândia e bolsista de iniciação científica – CNPq.

e indigente e avançar na tentativa de elaborar um indicador sintético, que busca dar maior dimensão ao conceito de pobre, levando em conta carências diversas da população que vive abaixo da linha de pobreza.

O texto divide-se em três partes. A primeira discute a conceituação de pobreza; a segunda refere-se aos métodos de sua mensuração; na seqüência, são apresentados os indicadores e as características da pobreza e da indigência em Uberlândia.

1 - Pobreza

A pobreza é um fenômeno de muitas faces e sua definição não é uma tarefa simples e pontual, visto que envolve várias determinações. Uma das mais importantes diz respeito à abrangência do conceito, isto é, se deve ser considerada apenas do ponto de vista econômico (material) ou deve levar em consideração variáveis não-econômicas.

Diversos autores reconhecem a importância dos componentes não materiais em qualquer avaliação geral da pobreza. Entretanto, a grande maioria reconhece a dificuldade em mensurar variáveis qualitativas, optando por estudar apenas a pobreza derivada das carências materiais, por considerarem ser, talvez, impossível mensurar necessidades como: não realização pessoal, falta de prestígio, exclusão da sociedade, etc.

Embora se reconheça que a pobreza é um fenômeno multidimensional, caracterizado por carências de diversos tipos, de maneira geral utiliza-se a renda como determinante do bem-estar das famílias. Assim, a avaliação de sua dimensão tem como ponto de partida a associação da pobreza à insuficiência de renda para a aquisição de um conjunto de bens que corresponderiam ao mínimo necessário para se viver adequadamente em sociedade.

Deve-se ressaltar, no entanto, que grande parte dos pesquisadores defende que, isoladamente, a renda é insuficiente para mensurar a pobreza, seria necessário associar a renda com outros indicadores tais como: a qualidade dos domicílios, o acesso a serviços de saúde, educação, assistência social, entre outros. A família deve receber renda suficiente para manter-se, mas deve também viver em domicílios servidos de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, deve receber atendimento médico quando necessitar, os filhos devem freqüentar a escola e, em caso de invalidez, doença ou incapacidade para o trabalho devem receber benefícios contínuos. Neste sentido, há um

conjunto de necessidades que deve ser cercada para que o indivíduo saia da categoria de pobre e consiga permanecer acima da linha de pobreza, sendo esse conjunto suprido pela renda monetária e / ou ações do poder público municipal, estadual e federal.

Alguns estudos tentam dar mais abrangência ao fenômeno, procurando construir indicadores sintéticos, que adicionam outras variáveis sociais à renda como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU que relaciona três indicadores: renda (renda *per capita*), saúde (esperança de vida ao nascer) e educação (taxa de alfabetização e matrículas nos três níveis de ensino).

A construção de um conceito de pobreza deve ser condição necessária para sua mensuração. Qualquer estudo de pobreza precisa apresentar a definição adotada, evitando-se, assim, distorções em análises temporais que calculam sua incidência em uma mesma base geográfica ou problemas de comparabilidade para o cálculo dos indicadores em diversas regiões. Entretanto, é conveniente ressaltar que algum grau de arbitrariedade sempre estará presente na descrição da pobreza, o que torna imperioso deixar o conceito o mais explícito possível (ROMÃO, 1993).

Neste artigo utilizou-se a renda como variável determinante da situação de pobreza, pois ela condiciona o acesso aos diversos bens e serviços necessários à sobrevivência. Contudo, procurou-se associá-la a outras variáveis de bem-estar, como a qualidade dos domicílios e o acesso a equipamentos sociais, buscando, dessa maneira, abarcar diversas carências da população. A mensuração da pobreza sob estes dois aspectos (renda e outros indicadores de carência) será discutida no item seguinte.

2 - Mensuração da pobreza

Mensurar a pobreza não é uma tarefa simples pois envolve definições das variáveis a serem utilizadas, disponibilidade de dados, entre outras.

De uma maneira geral, a mensuração da pobreza consiste em duas operações distintas. A primeira delas refere-se à identificação, ou seja, descobrir quem são os pobres e a segunda diz respeito à agregação (como combinar as diferentes características de pobreza numa mesma medida).

A identificação, que consiste na separação da população total em dois subconjuntos (pobres e não-pobres), pode ser feita de diversas maneiras, cada uma delas relacionada a uma diferente interpretação da pobreza. Se o critério utilizado for somente

a renda, define-se um valor para a linha de pobreza e considera-se pobre aquele que não alcançar o valor necessário para adquirir um determinado conjunto de bens. Se forem acrescentadas outras variáveis, define-se as variáveis (por exemplo: os filhos menores estarem estudando) e aquelas famílias que não se encaixarem nas características definidas são consideradas pobres. O ideal é combinar a renda com as outras variáveis de bem-estar (famílias com renda superior a linha de pobreza e com os filhos na escola, por exemplo). Os itens 2.1 e 2.2 tratarão da metodologia para definir a renda necessária para um indivíduo ser considerado pobre ou não pobre e a definição das variáveis de bem-estar.

A segunda operação, de agregação, consiste em exprimir as características de pobreza de diferentes pessoas ou grupos em um único indicador ou índice (ROMÃO, 1993). O indicador mais utilizado é o “proporção de pobres”, que consiste no número de indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior à linha de pobreza, em relação ao total da população. Outro indicador que vem ganhando destaque ultimamente nos estudos sobre pobreza é o “hiato de renda”. O hiato de renda permite a obtenção de informações sobre a intensidade da pobreza através do desvio médio entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza, e mede a distribuição média da renda dos pobres em relação à linha de pobreza. Os indicadores serão apresentados no item 3.

2.1 – A pobreza enquanto insuficiência de renda

No Brasil, segundo ROCHA (1996), os estudos que utilizam a abordagem da renda dividem-se em duas categorias: a que utiliza o salário mínimo para determinar a linha de pobreza (freqüentemente se considera $\frac{1}{4}$ do salário mínimo como valor da linha de pobreza) e a que busca refletir o custo real de vida das populações de baixa renda.

Em ambas abordagens, a variável mais utilizada para confronto com a linha de pobreza/indigência é a renda familiar *per capita* pois essa variável leva em conta todos os rendimentos dos membros da família, seu tamanho e seu papel como unidade redistributiva (ROCHA, 1996). Entretanto, a utilização dessa variável apresenta alguns problemas, não conseguindo captar os efeitos (LESSA *et al.*, 1997): da redução do tamanho das famílias⁵ (no passado as famílias, mais numerosas, contavam com a

⁵ Há grande discussão sobre os efeitos da composição das famílias na mensuração da pobreza. Alguns autores defendem que a composição deve ser levada em conta no cálculo da pobreza. Como os domicílios

possibilidade de mais pessoas auferirem rendimentos), do ingresso crescente dos membros familiares no mercado de trabalho provocado pelo aumento do desemprego, da precarização e deterioração da renda oriunda do trabalho (na década de 80, por exemplo, a pobreza não foi maior pelo maior ingresso de mulheres ao mercado de trabalho). Um outro problema em relação a utilização da renda familiar *per capita* é o conceito de família utilizado. A pesquisa realizada em Uberlândia adotou como unidade de pesquisa o grupo familiar convivente, que pode ser unipessoal (um pessoa) ou multipessoal (pode abranger conjuge, filhos (as), pais, outros parentes e pessoas sem relação de parentesco).

A abordagem que utiliza o salário mínimo apresenta alguns problemas, segundo ROCHA (1996) quais sejam: a variação do salário real ao longo do tempo⁶, a arbitrariedade do valor do salário mínimo como linha de pobreza (em geral, 1/4 do valor do salário mínimo pode não refletir as verdadeiras necessidades básicas dos indivíduos), a existência de diferenças regionais no custo de vida, não levadas em consideração quando se estipula um valor único para a linha de pobreza/indigência com base em um salário determinado nacionalmente. Para ROCHA (1996), a utilização de múltiplos do salário mínimo como linha única de pobreza tende a subestimá-la nas áreas metropolitanas e superestimá-la nas áreas rurais.

Ainda segundo ROCHA (1996), os estudos que buscam refletir o custo de vida da população de baixa renda devem ser privilegiados quando existirem disponibilidade de dados. No caso da pesquisa realizada em Uberlândia optou-se por esta abordagem. Utilizando estudos sobre o padrão de consumo das famílias é possível determinar padrões regionais de consumo, o que solucionaria o problema do custo de vida regional, que a abordagem do salário mínimo não enfrenta. Para fixar os padrões de consumo os

consistem de indivíduos de diferentes sexos e idades, “... considerar o tamanho da unidade familiar contando apenas o número de seus componentes é arbitrar uma homogeneização do consumo intra-familiar que não corresponde à realidade dos fatos.” (ROMÃO, 1993:75). Entretanto, segundo ROCHA (1998b), não existe muita diferença em distinguir os componentes de uma família, no caso do objetivo ser a adoção de políticas sociais, pois é até melhor utilizar a medida *per capita* para proteger as famílias com crianças. O consumo de uma criança pode não ser equivalente ao de um adulto, mas as famílias têm outros gastos, que as cestas alimentares não contemplam. Se for observada a cesta de alimentos, verificar-se-á que um dos itens mais caros é o leite, a base da alimentação infantil.

⁶ De acordo com o DIEESE, embora a economia pudesse absorver a sustentação do nível real do salário mínimo, isso ocorreu apenas entre o início da década de 50 e o início dos anos 60. Desde então, um processo de compressão vem levando a um distanciamento progressivo entre a remuneração mínima, o crescimento econômico e a produtividade.

pesquisadores brasileiros fazem uso de pesquisas como o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF, de 1974/75 – do IBGE), a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF – do IBGE) e a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV / 1996 – IBGE e Banco Mundial). O ENDEF é uma pesquisa abrangente mas foi realizada na década de 70 e não foi mais atualizada. A POF é uma pesquisa que, embora não tenha a mesma natureza do ENDEF, é abrangente na mensuração do consumo das famílias, mas tem a desvantagem de ser realizada apenas nas regiões metropolitanas, Goiânia e Brasília. Os estratos urbanos não-metropolitanos e rurais não foram investigados pela POF. A PPV, ao contrário da POF, abrange as áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, mas tem menor cobertura amostral, restringe-se às regiões Nordeste e Sudeste (a amostra total corresponde a cinco mil domicílios) e tem metodologia e questionários mais reduzidos em comparação aos da POF.

Após a definição dos padrões mínimos de consumo alimentar e não alimentar a serem atendidos, calcula-se a renda necessária para satisfação de tais necessidades, a chamada linha de pobreza. Ao adotar determinados valores, ter-se-á claro que a linha corresponde a um valor que permite o consumo de uma particular cesta de alimentos e de outros itens de consumo não-alimentares.

O padrão de consumo alimentar é definido a partir do consumo observado da população com renda baixa (obtido por meio das pesquisas listadas acima) e respeitando os requerimentos nutricionais mínimos para que o indivíduo possa se alimentar satisfatoriamente. Estabelece-se, desta maneira, uma cesta de alimentos não normativa (ou deve possuir o menor grau de normatização possível), levando em conta as especificidades regionais. Em seguida, calcula-se o valor da cesta alimentar a preços correntes. Para a valoração da cesta utilizam-se preços regionais. Por fim, deriva-se a linha de pobreza, considerando o valor gasto com alimentos e demais despesas básicas.

O custo dos itens não alimentares, em grande parte dos estudos, é determinado através da utilização do coeficiente de Engel (que corresponde à relação entre despesas alimentares e despesa total) para o mais baixo decil de renda onde não são observadas deficiências calóricas; esse custo é, então, somado ao da cesta básica, para o estabelecimento da linha de pobreza. A linha de indigência corresponde, unicamente, ao valor da cesta de alimentos.

A derivação da cesta alimentar para Uberlândia esbarra em alguns problemas. O primeiro, e mais importante, é a ausência de uma pesquisa de orçamento familiar (POF) atualizada. Por essa razão, utilizou-se a POF de Goiânia para estabelecer os padrões de consumo alimentar e não alimentar. Para estabelecer os requerimentos nutricionais foram seguidas as recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), que sugerem ingestão diária de 2.242 kcal/dia, independente da pessoa e do local em que reside (ROMÃO, 1993)⁷. Para compor a cesta recorreu-se aos trabalhos de ELLWANGER (*apud* ROCHA 1999a)⁸ e ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos e Sociais (CEPES) vinculado à Universidade Federal de Uberlândia, sendo as quantidades ajustadas para alcançar 2.242 kcal/dia. Observe-se que os itens que compõem a cesta correspondem ao básico da alimentação.⁹

Em relação aos preços, há uma vantagem em relação a outros municípios brasileiros: a existência de um índice de preços local. Portanto, uma vez definida, a cesta foi valorada através de preços praticados em Uberlândia. Como a pesquisa de campo durou quatro meses, a cesta também recebeu preços observados a cada mês de coleta das informações. O valor da cesta em cada mês corresponde à linha de indigência.

Tabela 1 – Linhas de Indigência, Uberlândia – 2001 (R\$)

Mês	Linha de Indigência
Abril	60,60
Mai	62,74
Junho	59,50
Julho	59,05

Fonte: Elaboração própria.

O consumo alimentar baseia-se em parâmetros definidos de acordo com pesquisas específicas, mas não existem normas ou procedimentos diretos para estimação da despesa referente ao consumo de itens de vestuário, habitação, transporte, saúde e

⁷ Os dados referem-se à média aritmética não-ponderada.

⁸ Que utiliza a POF/ IBGE.

⁹ Alimentos que compõem a cesta: açúcar, arroz, banana, batata, café, carne, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, frango, leite, macarrão, margarina, ovos, pão, tomate, sal e biscoito.

educação, entre outros. Para dar conta do problema, os estudos utilizam o coeficiente de Engel, mencionado anteriormente, na determinação da linha de pobreza – embora se reconheça a “... evidente fragilidade conceitual e empírica para este fim” (ROCHA, 1999a:8) – adotando-se o coeficiente observado para a população de mais baixa renda. O Estudo Nacional de Despesa Alimentar (ENDEF) e as demais pesquisas de orçamento familiar demonstram que a despesas alimentares, no Brasil, representam um percentual relativamente baixo, em relação à despesa total, inclusive para a população de baixa renda¹⁰.

Para Uberlândia foi utilizada a POF de 1995/96 de Goiânia, como referência para definir a distribuição da renda entre despesas alimentares e não-alimentares. Para as despesas não-alimentares foram considerados os gastos com aluguel, manutenção do lar, artigos de limpeza, vestuário, transporte coletivo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e educação (da população que ganha até 2 salários mínimos). Como resultado, obteve-se um coeficiente de Engel de aproximadamente 0,4127¹¹, que se refere a Goiânia – uma vez que não existe o dado para o Município, como foi assinalado.

Os valores encontrados para as linhas de pobreza em Uberlândia, para cada um dos meses da pesquisa estão expostos na tabela 2. Observa-se que trata-se de valores bastante baixos, o que fica mais evidente quando traduzidos em valores diários: para a linha de indigência, em torno de R\$2/dia (ou seja, menos que 1 dólar diário), para satisfazer estritamente as necessidades alimentares de uma pessoa; para a linha de pobreza, o valor varia em torno de R\$5/dia.

Tabela 2 - Linhas de Pobreza, Uberlândia – 2001 (R\$)

Mês	Linha de Pobreza
Abril	146,87
Mai	152,02
Junho	144,16
Julho	143,10

Fonte: Elaboração própria.

¹⁰ Alguns analistas de outros países indicam que o coeficiente de Engel alcança 0,50. Os baixos coeficientes seriam uma “especificidade brasileira”.

¹¹ Cálculo da linha de pobreza no mês de abril: $60,60955 \times 1 / 0,4127 = 146,87$.

Grande parte dos estudos brasileiros adota linhas de pobreza muito baixas, segundo LESSA *et. al.* (1997), e nenhuma das cestas alcança cem por cento do salário mínimo “... Ou seja, esses valores permitem, na melhor das hipóteses, adquirir uma cesta básica de alimentos” (LESSA *et. al.* 1997:80). As outras necessidades essenciais dificilmente poderiam ser atendidas com tais linhas, ressaltando-se ainda o fato de que as “necessidades básicas” sofreram elevações reais de preços na última década¹². Cada pesquisador, imbuído de objetivos específicos (por exemplo, determinar um público alvo para políticas sociais), acaba lançando mão de critérios diversos.

A preocupação central do estudo aqui realizado foi chegar a um valor de linha de pobreza mais adequado a uma vida digna em sociedade, incorporando itens considerados essenciais para tanto.

2.2 – O Bem-Estar e a Pobreza

Existem inúmeros indicadores que privilegiam outros aspectos da pobreza, além da renda ou juntamente com a renda. Entre eles pode-se citar os trabalhos de Albuquerque & VILLELA (1993) e LOPES (1993).¹³ Ambos buscam acrescentar outras carências ao estado de pobreza, afora a evidente insuficiência de renda.

ALBUQUERQUE & VILLELA (1993) partiram do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU para construir o Índice de Desenvolvimento Relativo (IDR), substituíram no primeiro a variável PIB *per capita* pela renda domiciliar *per capita* e mantiveram os demais indicadores do IDH. Albuquerque & Villela também criaram o Índice do Nível de Vida (INV), que “...é um índice sintético que intenta medir os níveis de vida relativos alcançados por uma dada situação social, a partir da quantificação do grau de atendimento de um conjunto de necessidades básicas, aferido através do cálculo de medidas de carências” (ALBUQUERQUE & VILLELA, 1993:32). Dessa forma, eles escolheram cinco medidas de carência (que variam de 0 a 1):

- 1) a relativa à saúde – representada pela esperança de vida ao nascer;

¹² A título de comparação, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), que pesquisa o salário mínimo necessário (valor que o salário mínimo deveria alcançar para satisfação de necessidades alimentares, de moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, transportes, higiene e previdência social, previstas na Constituição Brasileira, art. 7º, Par. IV), apontou que, em São Paulo, em Junho de 2001 esse salário seria de R\$ 1072,14 (muito superior a qualquer linha de pobreza calculada).

¹³ Metodologia semelhante pode ser encontrada em BOLTVINIK (1992).

- 2) a relativa à educação – representada pelas taxas de alfabetização e pelas porcentagens da população de 20 anos ou mais com mais de quatro e oito anos de estudo;
- 3) a relativa à habitação – representada pela disponibilidade domiciliar de água, energia e geladeira;
- 4) a relativa à participação econômica – representada pela porcentagem dos domicílios acima da linha de pobreza;
- 5) a relativa à lazer e informação – representada pela disponibilidade domiciliar de receptores de rádio e de televisão.

LOPES (1993), por sua vez, busca analisar a pobreza no Brasil associando a renda e a disponibilidade de equipamento sociais. O autor cria quatro possíveis situações:

- a) Pobres estruturais – seriam aqueles abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas não atendidas;
- b) Pobres mais recentes – as famílias abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas satisfeitas;
- c) Pobres por NBI – as famílias acima da linha de pobreza, mas com necessidades básicas não atendidas;
- d) Não Pobres *stricto sensu* – as famílias localizadas acima da linha de pobreza e com necessidades básicas atendidas.

Para construção do indicador “não satisfação das necessidades básicas”, Lopes utiliza as seguintes variáveis: densidade de pessoas por domicílio superior a 3,5; domicílio do tipo rústico; abastecimento de água não proveniente da rede geral e ausência de canalização interna; não ter esgotamento sanitário; não ter vaso sanitário e possuir crianças de 7 a 11 anos que não frequentam a escola. Para que as necessidades básicas não estejam sendo atendidas basta que apenas uma das variáveis seja encontrada no domicílio.

Com base na proposta de construção de indicadores sintéticos, para que a pobreza seja olhada de forma pluridimensional, e inspirados na proposta de Lopes, procedeu-se à construção de indicadores para a realidade uberlandense. São eles: “Necessidades Básicas Atendidas” (NBA) e “Necessidades Básicas Não Atendidas” (NBN). Como foi visto, esses indicadores consistem em um conjunto de variáveis e

basta que uma delas indique uma situação má para que o domicílio seja classificado em NBN. As variáveis escolhidas, que indicam a existência de necessidades insatisfeitas, são: condições de moradia (densidade de pessoas por dormitório maior que 3,5; domicílios particular improvisado, sem abastecimento de água e sem esgoto sanitário), condições de educação (filhos menores fora da escola) e condições de saúde (última ida ao dentista há mais de 2 anos).¹⁴

Do cruzamento entre os níveis de pobreza derivados da renda e as necessidades básicas insatisfeitas, são separados os componentes da pobreza. O objetivo é descobrir a existência de uma pobreza mais recente (conjuntural) e uma estrutural, ou seja, podem surgir as mesmas situações descritas por Lopes: pobres estruturais, pobres mais recentes, pobres por NBN, não Pobres.

3 - Indigência e Pobreza em Uberlândia: dimensão e características

3.1 - Proporção de Pobres e Indigentes e Hiato de Renda

Uberlândia apresenta um índice de pobreza populacional de 43,3%, conforme os dados levantados entre abril e julho de 2001, o que representa uma população de 194.886 pessoas pobres no município. Em termos de família esse percentual é de 39,9%, abrangendo um total de 43.381 famílias pobres em Uberlândia.

Tabela 3 – Proporção de Indigentes e Pobres, Uberlândia – 2001

	%
Indigentes	10,7
Pobres	43,3

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados apresentados mostram que 10,7% da população de Uberlândia são considerados como população indigente, ou seja, estão abaixo da linha de indigência apresentada neste trabalho. Esse percentual corresponde a 12.101 famílias (8,9%), compondo um total de 49.800 pessoas.

O hiato de renda permite conhecer a distância média entre a renda dos pobres/indigentes e a linha de pobreza/indigência. No caso de Uberlândia, o hiato de

¹⁴ As variáveis foram definidas a partir do questionário utilizado na pesquisa de campo.

renda está indicando que, no período da pesquisa de campo, a renda média dos pobres equivalia a 58,38% do valor da linha de pobreza, ou seja, em média, os pobres ganham cerca de R\$85,00. No caso dos indigentes, o hiato é de 32,97, apontando que a renda média dos indigentes é aproximadamente 65% do valor da linha de indigência, ou seja, a renda média dos indigentes é R\$ 39,44. Para que os indigentes alcancem a linha de indigência seriam necessários R\$ 4.098.209,2 ao mês e R\$ 49.178.510 ao ano.

Tabela 4 – Hiato de Renda – Indigentes e Pobres, Uberlândia – 2001

	Hiato de Renda
Indigentes	32,97
Pobres	41,62

Fonte: Pesquisa de campo.

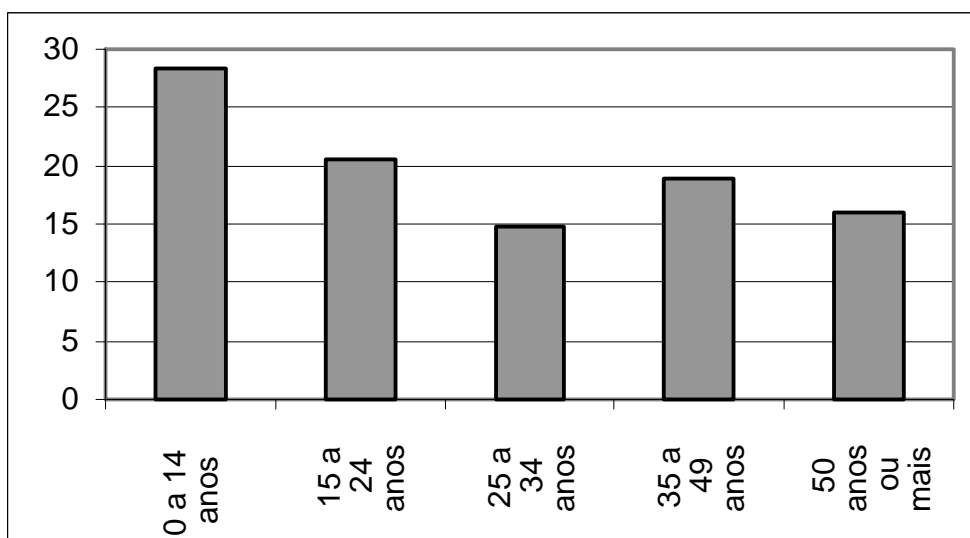
3.2 - Características da subpopulação pobre e indigente

Ao analisar a população em diferentes classificações, como gênero do responsável pela família, faixa etária, cor, escolaridade, dentre outros, percebe-se que a pobreza não é homogênea.

Levando em conta o gênero daquele que se declarou responsável pela família, verifica-se que, nas famílias chefiadas por mulheres, 42,74% são pobres, enquanto nas chefiadas por homens 38,77% são pobres.

Os pobres por faixa etária apresentam um percentual mais elevado para crianças de 0 a 14 anos, correspondendo a 28,40% da população de pobres do município. A faixa entre 15 e 24 anos abrange 20,50% dos pobres. Estão próximas a esse percentual as pessoas com idade entre 35 e 49 anos: 19,0%. Entre as pessoas com 50 anos ou mais e as pessoas entre 25 e 34 anos estão as menores porcentagens, com 16,10% e 14,80%, respectivamente. Pode-se perceber que há uma concentração maior da pobreza entre as crianças, de onde se deduz que as famílias com crianças tendem a ser mais pobres.

Gráfico 1 - Pobres por faixa etária (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando a pobreza para o conjunto de pessoas de cada cor declarada, observa-se que, dentro da população negra de Uberlândia, 58,40% são pobres. O maior índice de pobreza não está nesse extrato da população, mas entre os indígenas, que, embora um contingente diminuto, apresentam um percentual de 61,20% de pobres. Com relação aos pardos, 48,70% são pobres, o que representa um contingente elevado, considerando que são 175.563 pessoas que se declaram pardas, no município. Entre os brancos, 37,40% são pobres e entre os amarelos, 25,90% são pobres.

Tabela 5 – Pobres por cor declarada, Uberlândia – 2001

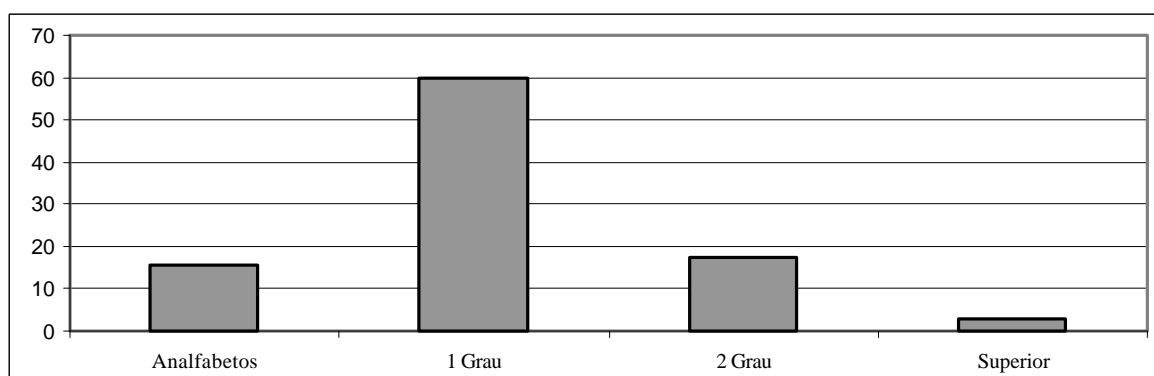
Cor declarada	%
Negra	58,40%
Parda	48,70%
Indígena	61,20%
Amarela	25,90%
Branca	37,40%

Fonte: pesquisa de campo

Com relação à escolaridade, 59,8% dos pobres possuem apenas o 1º Grau (incompleto e completo), 17,5% possuem o 2º Grau (incompleto e completo) e 15,6% são analfabetos ou pessoas que sabem ler e escrever mas nunca freqüentaram escola. Esses percentuais desmistificam a idéia de que na pobreza se concentram os analfabetos

e semi-alfabetizados¹⁵. Entretanto, não dá para negar que um grau de escolaridade maior, apesar de não ser condição suficiente, é condição necessária para estar acima da linha de pobreza, já que a população com curso superior (incompleto, completo e pós-graduação) representa 3% dos pobres.

Gráfico 2 - Pobres por escolaridade (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Considerando a distribuição da população pobre segundo as alternativas trabalha, não trabalha, aposentado ou pensionista, o maior percentual está entre os que não trabalham, com 58,50% dos pobres. Os que trabalham representam 33,20%. Já os aposentados e pensionistas representam uma porcentagem reduzida, com, respectivamente, 6,40% e 1,90% dos pobres do município.

Tabela 6 – Pobres por condição de trabalho, Uberlândia - 2001

	%
Aposentado	6,4
Não Trabalha	58,5
Pensionista	1,9
Trabalha	33,2

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto à situação no trabalho, a maior concentração, entre os pobres, é a dos trabalhadores permanentes com carteira assinada: 44,10% dos pobres estão nessa situação. Os “conta própria” representam a segunda maior concentração, com 22,73% dos pobres, enquanto os trabalhadores permanentes sem carteira assinada são 18,80%

¹⁵ Ressalta-se que 90% dos analfabetos são pobres.

dos pobres e os trabalhadores eventuais são 4,96%. Os funcionários públicos, por sua vez, são 4,21%, ao passo que os temporários com contratos e os sem contrato são 1,70% e 1,36%, respectivamente, ficando a menor porcentagem para o empregador, com 0,63% dos pobres.

Tabela 7 – Pobres por situação de Trabalho, Uberlândia – 2001

Situação de Trabalho	%
Permanente com carteira assinada	44,10%
Permanente sem carteira assinada	18,80%
Empregador	0,63%
Conta-própria	22,73%
Temporário com contrato	1,70%
Temporário sem contrato	1,36%
Trabalhador eventual	4,96%
Funcionário Público	4,21%

Fonte: Pesquisa de campo.

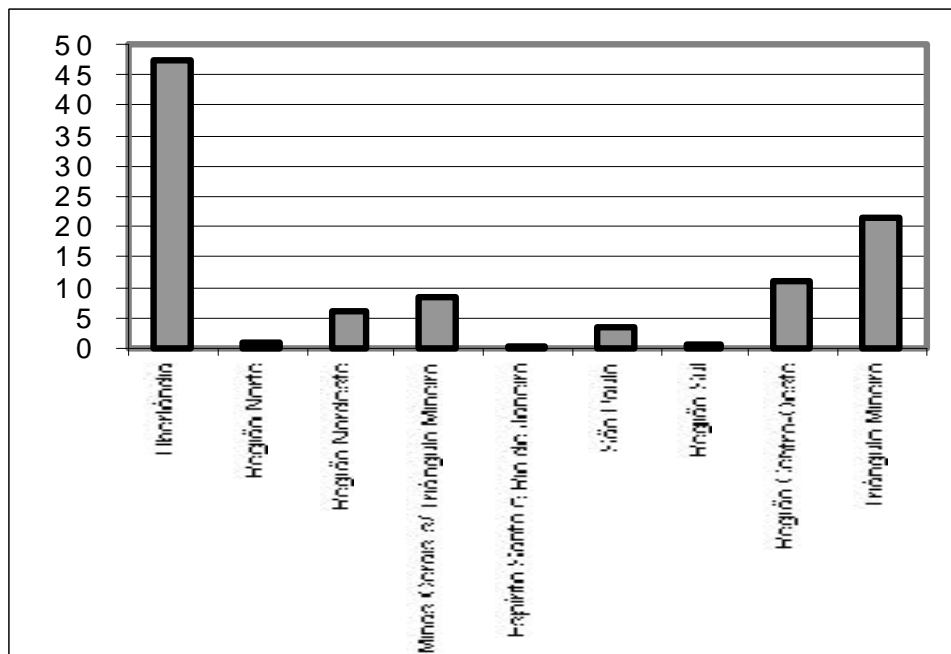
Os últimos dados apontados nos dois parágrafos anteriores são preocupantes, pois demonstram que a inserção produtiva estável (trabalho com carteira de trabalho assinada) não garante que a família esteja acima da linha de pobreza. O salário é fator relevante na configuração e reprodução da pobreza. As diversas políticas de administração dos salários ao longo da história brasileira têm mantido os salários médios em patamares muito baixos, inclusive em períodos de expansão econômica. Os dados sobre o perfil dos pobres demonstram essa afirmação.

Ao observar a porcentagem de pobres distribuídos de acordo com o local de nascimento, percebe-se que a população nascida em Uberlândia corresponde ao maior percentual, com 47,4% dos pobres do município.¹⁶ Ou seja, ao contrário do que o senso comum prega, os pobres de Uberlândia não são, na sua maioria, provenientes de outras localidades. Na sequência, o segundo maior percentual (que corresponde a menos da metade do percentual de pobres nascidos no próprio Município) é de pessoas que migraram de outros Municípios do Triângulo Mineiro, 21,5%, e os provenientes da Região Centro-Oeste são 11%. Os nascidos no restante de Minas Gerais correspondem a 8,3% dos pobres e os da Região Nordeste são 6,20%. O Estado de São Paulo e as

¹⁶ Do total de uberlandenses 44% são pobres.

Regiões Norte e Sul apresentam os menores percentuais com 3,60%, 0,90% e 0,70%, respectivamente.

Gráfico 3 - Pobres por local de nascimento



Fonte: Pesquisa de campo.

Passando agora a focalizar a indigência, e analisando os grupos familiares de acordo com o gênero dos responsáveis, os dados demonstram que, das famílias que declararam ser chefiadas por mulheres, 10,1% é constituída de indigentes, e, do total das famílias chefiadas por homens, esse percentual é igual a 8,5%.

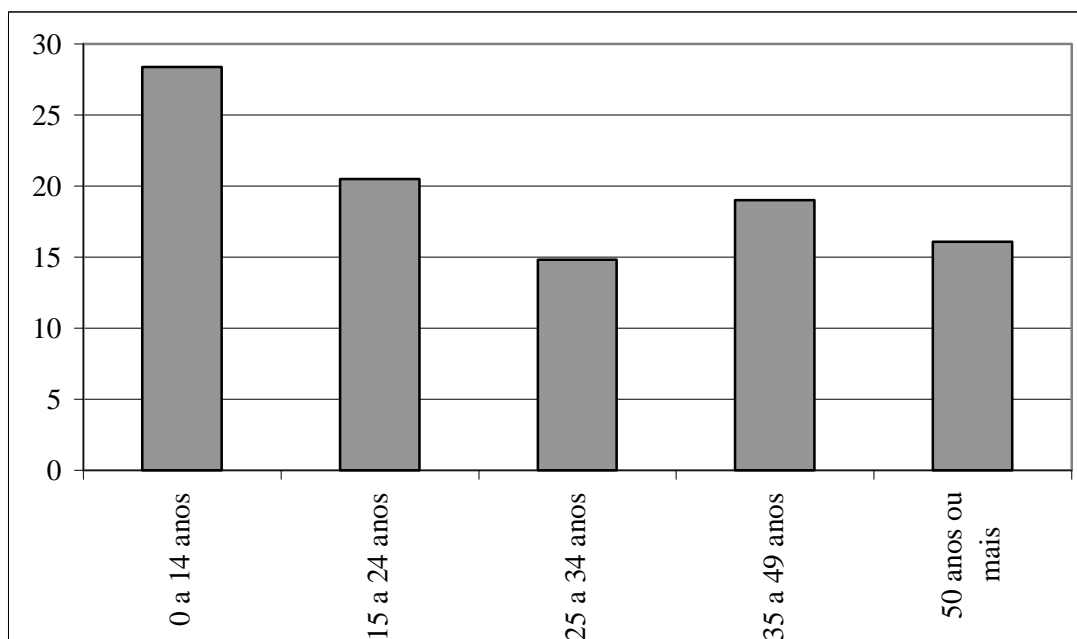
Tabela 8 – Gênero dos que foram declarados como responsável pelo domicílio, Uberlândia - 2001

	Feminino	Masculino
Indigente	10,09	8,5

Fonte: Pesquisa de campo.

Observando o gráfico 4, os dados permitem observar que as crianças são as que mais sofrem com a condição de indigência: a faixa etária que vai 0 a 14 anos representa 31,8% da população indigente; em seguida são os jovens de 15 a 24 anos e os adultos de 35 a 49 anos, com 22,1% e 17,6%, respectivamente. Os menores percentuais dizem respeito aos adultos, na faixa etária de 25 a 34 anos e os de mais de 50 anos, que correspondem a 13,0% e 13,7 %, respectivamente.

Gráfico 4 - Indigentes por faixa etária (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Distribuindo os indigentes segundo a cor declarada, o perfil obtido foi que 17,6% e 12,1% das pessoas que se consideram de cor negra e cor parda, respectivamente, são indigentes. De toda a população branca, um percentual de 8,9% corresponde à população indigente e, de todos os indígenas, cerca de 16% são indigentes.

Tabela 9 – Cor declarada dos Indigentes, Uberlândia - 2001

Cor	%
Negra	17,60%
Parda	12,10%
Indígena	16,00%
Branca	8,90%

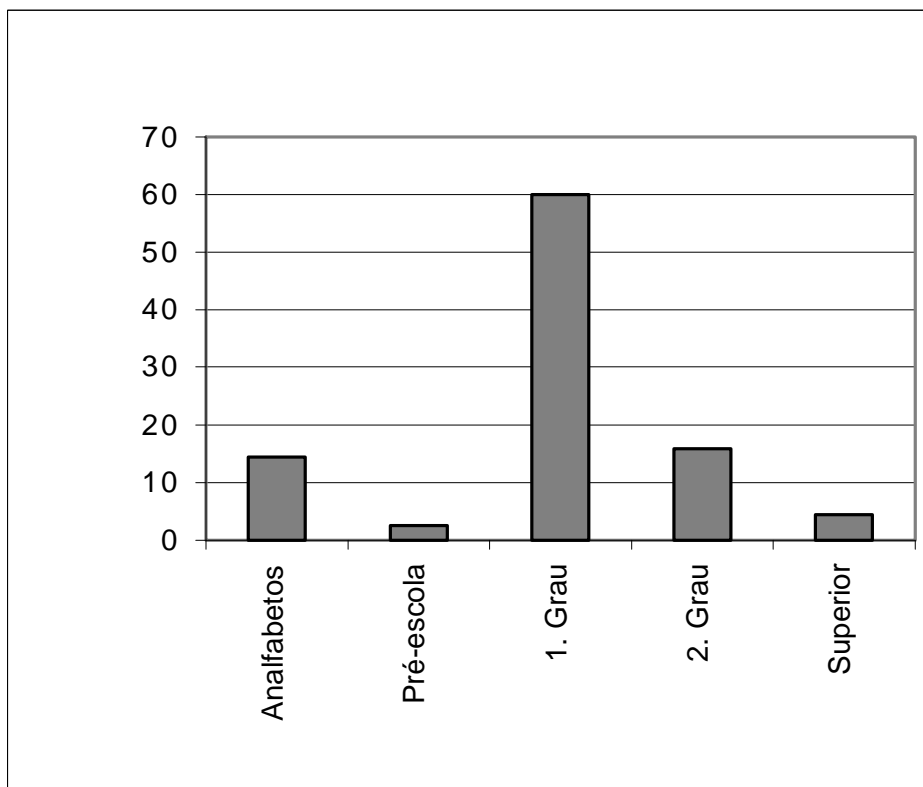
Fonte: Pesquisa de campo.

Com o auxílio do gráfico 5 percebe-se que 14,5% da população indigente compõe-se de analfabetos,¹⁷ e a grande maioria, 60% tem o primeiro grau (incompleto

¹⁷ Sendo que 85,4% dos analfabetos são indigentes.

ou completo). Os indigentes com segundo grau (incompleto ou completo) são 15,9% e, para aqueles com curso superior (completo ou incompleto), o percentual cai para 4,4%.

Gráfico 5 - Indigentes de acordo com a escolaridade (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação ao trabalho, o resultado obtido foi que grande parte da população indigente não trabalha, 63,8%, contra apenas 29,8% que trabalha. Os aposentados e pensionistas correspondem a parcelas de 4,6% e 1,7%, respectivamente.

Tabela 10 – Indigentes por trabalho, Uberlândia - 2001

	Não Pobres	Pobres
Aposentados	8,00%	4,60%
Não Trabalha	47,10%	63,80%
Pensionista	2,20%	1,70%
Trabalha	42,70%	29,80%

Fonte: Pesquisa de campo.

Dentre as pessoas que trabalham, foi identificada como situação no trabalho: a maioria é de trabalhadores permanente com carteira assinada (36,4%), seguida dos que trabalham por conta própria (26,0%). Os outros dois maiores percentuais foram encontrados para os que trabalham na situação de permanente sem carteira (19,0%) e os trabalhadores eventuais ("bico"), que correspondem a 8,0%.

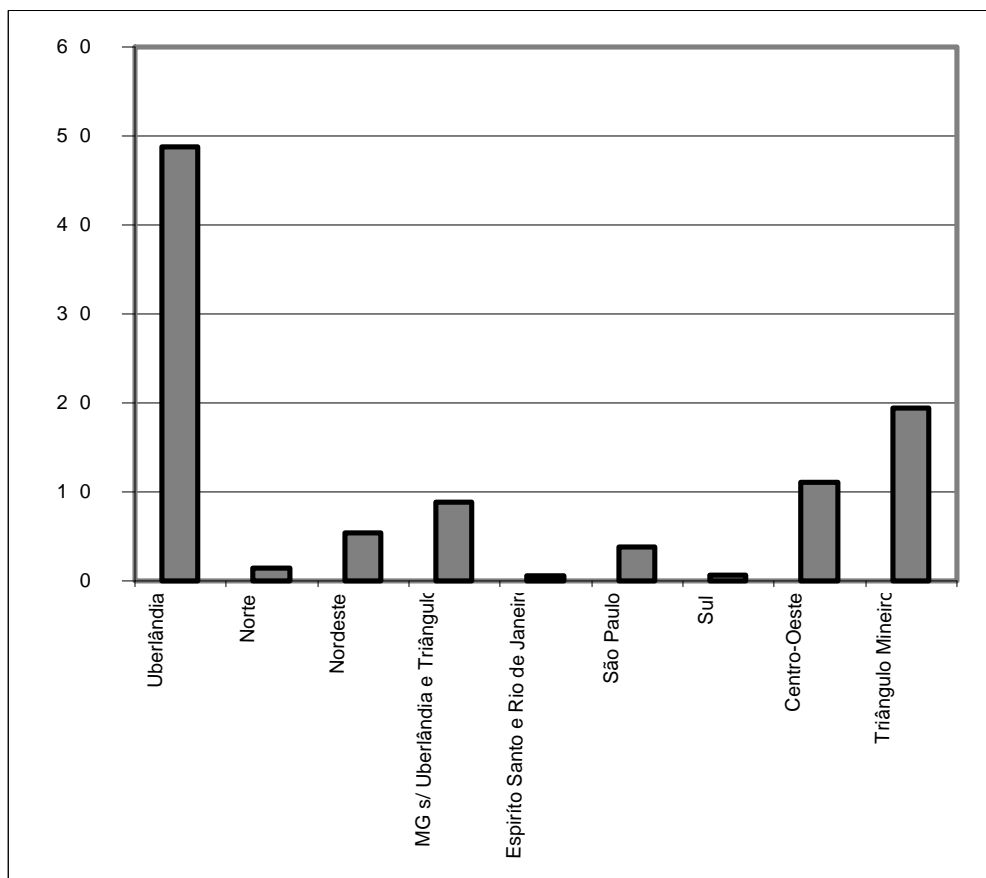
Tabela 11 – Indigentes por situação de Trabalho, Uberlândia - 2001

Situação de trabalho	%
Permanente com carteira assinada	36,40%
Permanente sem carteira assinada	19,00%
Empregador	1,20%
Conta-própria	26,00%
Temporário com contrato	1,50%
Temporário sem contrato	1,60%
Trabalhado eventual	8,00%
Funcionário público	3,90%

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com o gráfico 6, no cruzamento da população indigente com a naturalidade é possível observar como é expressivo o número de indigentes naturais de Uberlândia: 48,7%, e, em seguida, os maiores percentuais são de naturais do Triângulo Mineiro, 19,4%, e da Região Centro-Oeste, 11,1%. As pessoas que nasceram em outros municípios mineiros correspondem a 8,9% e os percentuais correspondentes as outras regiões são de 5,4% na região Nordeste, 1,4% na região Norte e 0,7% na região Sul.

Gráfico 6 - Indigentes por local de nascimento (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela 12, apresenta as características dos domicílios das famílias pobres e indigentes. A subpopulação pobre reside em domicílios particulares e permanentes (98,7%), em casas (97,8%), construídas em alvenaria (99,3%). Aproximadamente 55% dos domicílios são próprios, 23,4% são alugados, 14,2% são financiados e 6,9% cedidos. Cerca de 95% dos domicílios possuem esgotamento sanitário, 95,9% energia elétrica, 97% recebem água encanada, 71,4% possuem telefone e 95,6% são atendidos pela coleta de lixo.

O cruzamento da variável espécie de domicílio com indigência aponta que 98,40% dos indigentes residem em domicílios particulares e permanentes. Cerca de 96% vive em casas, das quais 98,18% são de alvenaria, 0,69% de material aproveitado e 0,13% de madeira aparelhada. No que diz respeito à propriedade do imóvel, 54,7% das residências dos indigentes são próprias, 23,25% são alugadas e 14,02% financiadas. Aproximadamente 95% dos domicílios possuem rede de esgoto, 97% possuem água

encanada, 95,9% energia elétrica, 63,2% telefone e 95,6% são atendidos pela coleta de lixo.

Tabela 12 – Características dos domicílios da subpopulação Pobre e Indigente, Uberlândia – 2001 (%)

Características do Domicílio		Pobres	Indigentes
espécie de domicílio	Particular permanente	98,77	98,35
	Particular improvisado	0,89	1,65
	Coletivo	0,34	0,00
tipo de domicílio	Casa	97,87	96,40
	apartamento	1,38	2,39
	Cômodo	0,74	1,21
A construção é de:	Alvenaria	99,18	98,23
	Madeira aparelhada	0,13	0,08
	Taipa	0,01	0,00
	Material aproveitado	0,69	1,69
Situação da construção (para alvenaria)	Completa	68,95	67,69
	Incompleta	29,87	30,38
	Não identificada	1,17	1,93
A moradia é:	Própria	54,77	55,19
	Cedida ou emprestada	7,45	6,28
	Alugada	23,25	27,39
	Financiada	14,02	10,77
	ND/NS	0,52	0,38
Domicílios com esgotamento sanitário		95,70	93,01
Domicílios com água encanada		97,26	96,08
Domicílios com energia elétrica		97,90	95,92
Domicílios com coleta de lixo		95,67	93,09

Fonte: Pesquisa de campo.

3.3 Indicadores Sintéticos: NBA e NBN

A associação entre renda, condições de moradia (representadas pela densidade de pessoas por dormitório, tipo de construção, espécie do domicílio, abastecimento de água e existência de esgoto sanitário), de educação (filhos menores fora da escola) e de saúde (última ida ao dentista), produziu os indicadores NBA e NBN.

Para obtenção destes indicadores sintéticos procedeu-se simplesmente a soma dos seus componentes individuais. Cada uma das variáveis listadas acima foi

considerada como sendo binária (ou seja, com valores iguais a zero quando a família satisfaz a necessidade básica e igual a 1 quando a família não satisfaz a necessidade). A agregação das variáveis foi feita considerando como unidade de análise a família.

Os resultados dos indicadores sintéticos (Tabela 13) apontaram que 74,7% das famílias pobres são estruturais, isto é, não conseguem obter renda suficiente para sobreviver adequadamente e não tem necessidades básicas atendidas. A pobreza recente alcança 25,29% das famílias pobres (abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas atendidas).

No que diz respeito aos que estão acima da linha de pobreza, 56,7% das famílias não tem necessidades básicas atendidas, são pobres por NBN. Os não-pobres perfazem o total de 43,12% (aqueles que estão acima da linha de pobreza e têm necessidades básicas atendidas).

Tabela 13– Indicadores de Bem-Estar, Uberlândia - 2001

	%
Pobres estruturais	74,70%
Pobres mais recentes	25,29%
Pobres por NBN	56,87%
Não Pobres	43,12%

Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

Os dados apresentados ao longo deste artigo demonstram que de Uberlândia possui graves problemas sociais evidenciados pelos indicadores de pobreza e indigência. A pobreza não possui perfil específico, embora apresente resultados mais adversos em alguns grupos específicos (como os negros), ela é encontrada em qualquer gênero, grupo etário, cor declarada, escolaridade, condição de trabalho e naturalidade. Não existindo, desta forma, perfil específico da pobreza no município. Neste ponto, os indicadores de pobreza de Uberlândia não diferem do restante do país. Assim, tanto em Uberlândia quanto no restante do país, a pobreza assume contornos alarmantes, pela sua extensão e profundidade.

A análise dos dados demonstra o elevado grau de heterogeneidade presente no município. Ao mesmo tempo em que Uberlândia se destaca como pólo regional importante, altamente urbanizado e com modernos setores da atividade econômica

instalados, convive com indicadores sociais desfavoráveis, principalmente os relacionados a renda. Ainda que o município possua boa infra-estrutura, grande parte das famílias residentes em Uberlândia, estando acima ou abaixo da linha de pobreza, não consegue ter todas suas necessidades básicas (definidas pelo indicador sintético de bem-estar) atendidas. Chama atenção, particularmente, a existência de cerca de 74% de pobres estruturais, aqueles que não obtém renda suficiente para alcançar a linha de pobreza e não têm suas necessidades básicas atendidas.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, R. C.; VILLELA, R. “O Brasil social: um balanço de duas décadas”. In: ALBUQUERQUE, R. C. (org.) O Brasil social: realidades, desafios, opções. Brasília, IPEA, 1993.

BOLTVINIK, J. “El método de medición integrada de la pobreza. Una propuesta para su desarrollo.” Comercio Exterior, vol. 42, n.º 4, México, 1992.

CEPAL. Panorama Social de América Latina. Chile, Comissão Econômica para América Latina, 2001.

GOMES, D. C. Políticas Sociais na década de 90: o Programa Comunidade Solidária e Permanência das Desigualdades Sociais. Dissertação de Mestrado, IE/UFU, Uberlândia, 2000.

GOMES, D. C.; NEDER, H. D. “Pobreza nos anos 90: os efeitos da estabilização”. Anais do V Encontro Nacional de Economia Política, Fortaleza, 2000.

LESSA, C. *et. al.* “Pobreza e política social: exclusão nos anos 90”. Praga, n.º 3, 1997.

LOPES, J. R. B. “Brasil 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbanas”. Cadernos NEPP, n.º 25, Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 1993.

PRATES, F. M. Desigualdade de renda e pobreza em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1996.

ROCHA, S. Estabelecimento e comparação das linhas de pobreza para o Brasil. Texto para discussão interna, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1988.

_____. Governabilidade e Pobreza: o desafio dos números. In: COELHO, M. P. e VALLADARES, L. (orgs.) Governabilidade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Renda e pobreza: os impactos do plano real. Texto para discussão n.º 439, Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

_____. Desigualdade e pobreza no Brasil: a evolução 1981/95. Texto para Discussão n.º 567, Rio de Janeiro, IPEA, 1998a.

_____. Renda e Pobreza – medidas per capita versus adulto-equivalente. Texto para discussão n.º 609, Rio de Janeiro, IPEA, 1998b.

_____. Opções metodológicas para estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 1999a. (mimeo)

_____. Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real, 1999b. (mimeo)

ROMÃO, M. C. Pobreza: Conceito e Mensuração. Caderno de Economia n.º 13, Brasília, IPEA, 1993.

SOARES, L. T. R. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

ANEXO I – Goiânia: Percentual da despesa média mensal familiar, rendimento mensal familiar de até dois salários mínimos, segundo os tipos de despesa

Tipo de despesa	%	Tipo de despesa	%
Desembolso global	100,00	Tratamento dentário	0,42
Despesas correntes	97,40	Consulta médica	0,62
Despesas de consumo	96,30	Hospitalização	0,10
Alimentação	27,60	Óculos e lentes	0,08
Habitação	31,60	Outras (Assistência a saúde)	3,74
Aluguel	7,38	Educação	3,50
Impostos e taxas	14,46	Cursos regulares de 1, 2 e 3 graus e pré-escolar	1,63
Manutenção do lar	3,30	Outros cursos	1,11
Artigos de limpeza	1,59	Livros e revistas técnicas	-
Mobiliários e artigos do lar	1,94	Outras (Educação)	0,75
Eletrrodomésticos, equipamentos do lar e som e tv	2,20	Recreação e cultura	1,40
Consertos e manutenção de artigos do lar	0,72	Brinquedos e jogos	0,26
Vestuário	5,33	Discos e fitas	0,06
Roupa de homem	0,66	Outras (Recreação e cultura)	1,04
Roupa de mulher	1,10	Fumo	0,80
Roupa de criança	0,92	Serviços pessoais	1,20
Calçados e outros apetrechos	2,16	Cabeleireiro	0,73
Jóias e bijuterias	0,14	Manicuro e pedicuro	0,33
Tecidos e armarinhos	0,34	Outros (Serviços pessoais)	0,15
Transporte	7,70	Despesas diversas	2,80
Urbano	4,39	Cerimônias familiares e práticas religiosas	1,50
Veículo próprio (gasolina)	1,18	Serviços de cartórios e serviços de profissionais	0,34
Veículo próprio (álcool)	-	Outras (Despesas diversas)	0,96
Veículo próprio (manutenção)	0,55	Outras (Despesas correntes)	1,10
Viagens	1,59	Impostos	-
Outros (Transportes)	-	Contribuições trabalhistas	0,63
Higiene e cuidados pessoais	2,56	Outras (Outras despesas correntes)	0,45
Perfume	0,59	Aumento do ativo	2,20
Creme para pele e bronzeador	0,53	Veículo	0,71
Papel higiênico	0,22	Imóvel (aquisição)	0,07
Outros (Higiene e cuidados pessoais)	1,22	Imóvel (reforma)	1,01
Assistência a saúde	11,8	Outros investimentos	0,41
Remédios	6,52	Diminuição do passivo	0,40
Seguro saúde e associação de assistência	0,31	Prestação de imóvel	0,43

Fonte: POF 1995/96 – IBGE

Nota: As classes de recebimento mensal, na POF 1996, estão expressas em salário mínimo (R\$ 112,00).